

MOVIMENTO NEGRO DE URUGUAIANA:
protagonismo de mulheres negras em região de fronteira

THE URUGUAIAN'S BLACK MOVEMENT:
protagonism of black women in border region

EL MOVIMIENTO NEGRO DE URUGUAIANA:
protagonismo de mujeres negras en región fronteriza

Letícia Fernanda de Souza Rodrigues

Mestre em Relações Internacionais; Doutoranda em Sociologia (UFRGS) – leticiafernanda.souza@live.

Recebido em: 19/02/2021

Aceito para publicação: 26/02/2021

Resumo

As práticas discriminatórias vão além de bloquear a mobilidade, surtem um efeito de negação do corpo, no caso aqui estudado o corpo de mulheres negras na fronteira. Compartilhamos aqui as resistências, de mulheres negras na Fronteira Oeste Gaúcha e como elas rompem a herança das correntes territoriais deixadas pela escravidão, nas denominadas “charqueadas”. O protagonismo dessas mulheres, em uma região de agropecuária e transporte Internacional aduaneiro. Em tempos de pandemia mundial provocada pelo Covid-19 e de isolamento social, fizemos uso de entrevista na modalidade online (virtual) pelo *google meets*, *whatsapp* e questionário com perguntas gerais. Entrevistamos mulheres negras que são sementes da luta do Movimento Negro de Uruguaiana (MNU) /RS, e demais entidades sociais negras. As narrativas nos ajudaram a entender as relações: corpo, território, em uma região fronteira. Os resultados obtidos foram surpreendentes, na medida em que estas mulheres recorrem à sua ancestralidade e organizam conversas e outros eventos como modo de combate político e histórico. Nessa perspectiva, a resistência em Uruguaiana, embranquecida pelo racismo nas relações sociais, se dá por meio da mobilização sócio-política e histórica desse grupo afro gaúcho.

Palavras-chave: corpo, território, mulheres negras, fronteira, resistência

Abstract

The discriminatory practices go beyond blocking mobility, they have got an effect of denying the body, in the case studied here of the body of black women on the border. The resistance of black women in the Western Frontier Gaúcha and how they break the legacy of the territorial currents left by slavery, in the so-called “charqueadas”. The role of these women, in a region of agriculture and international customs transport. In times of global pandemic caused by Covid-19 and social isolation, we used an interview in the online (virtual) modality by google meets WhatsApp and a questionnaire with general questions. We interviewed black women who are seeds of the struggle of the Negro Movement of Uruguaiana (MNU) / RS. The narratives helped us to understand the relationships: body, territory, in a border region. The results obtained were surprising, as these women resort to their ancestry and organize conversations and other events as a means of political and historical combat. In this perspective, the resistance in Uruguaiana, whitened by racism in social relations, occurs through the socio-political and historical mobilization of this Afro-Gaúcho group.

Keywords: body, territory, black women, border, resistance

Resumen

Además de bloquear la movilidad, las prácticas discriminatorias, tienen el efecto de negar el cuerpo, en el caso aquí estudiado del cuerpo de mujeres negras en la frontera. Compartimos aquí las resistencias de las mujeres negras en la Frontera Oeste Gaúcha y cómo rompen las barreras territoriales abiertas por la esclavitud, en las regiones de “charqueadas”. El papel de estas mujeres, en una región de agricultura y transporte aduanero

internacional. En tiempos de pandemia global provocada por Covid-19 y aislamiento social utilizamos una entrevista en la modalidad online / virtual por *google meets* en la que entrevistamos a mujeres negras que son semillas de la lucha del Movimiento Negro Uruguaiana (MNU)/RS.

Las narrativas nos ayudan a comprender las geografías expandidas de resistir en una región blanqueada por el racismo en las relaciones sociales.

Palavras claves: corpo, território, mulheres Negras, frontera, resistência

Introdução (A SOMBRA DA ESCRAVIDÃO NOS PAMPAS GAÚCHOS)

[...]“Mulher negra não quer ser dor,
Quer ser flor
Quer criar raízes
Se tornar re vo lu ção[...]!”
(*MARIANA FONTOURA, 2020*)

Ao observar o pôr-do-sol refletindo sob as águas do rio Uruguai (foto abaixo), Cláudia, pede para Iemanjá aliviar suas dores e seus anseios cotidianos. Dos olhos negros, emergem lágrimas que são absorvidas pela máscara negra. Com flores e outras oferendas, esta “negra veia”, como ela se denomina, já vira de tudo aqui nos pagos fronteiriços. Seus cabelos crespos brancos, demonstra o quanto o tempo modificou seu corpo, mas para ela é um sinal de amadurecimento de sua luta e resistência. Meio envergonhada, ela me mostra seu casebre na Ilha do Marduque. Para chegar no local, tivemos de atravessar a BR 290 que leva a Ponte Internacional. As buzinas dos caminhões em plena segunda-feira demonstram a agitação do Maior Porto Seco da América Latina, situado na Fronteira Uruguaiana/BR- Paso de Los Libres/ AR.

Foto 1: Ponte internacional



Fonte: arquivo de pesquisa

A resistência, de mulheres negras como Claudia, Mariana, Marizeth, Miriam, Suzete e outras, na Fronteira Oeste Gaúcha, rompem a herança das correntes territoriais deixadas pela escravidão, nas denominadas “charqueadas”. O protagonismo dessas mulheres, em uma região de agropecuária e transporte Internacional aduaneiro, tem como foco as desigualdades decorrentes das relações “étnicas, sociais, econômicas e de gênero, conforme a presidente do Movimento Negro de Uruguaiana(figura abaixo), Elza Fontoura”.

Foto 2: Promoção de concurso junto a prefeitura Municipal da cidade



Fonte: Acervo MNU

Como afirma, a poesia de Mariana Fontoura, epigrafe acima, “ mulheres negras não querem ser dor, mas, sim flor”, portanto para quebrar a herança maldita da escravidão as mulheres negras da fronteira oeste estão resistindo e construindo um lugar de protagonismo em meio ao racismo estrutural da região (ALMEIDA,2016).

Desse modo, o presente trabalho surgiu a partir de experiências vividas pela pesquisadora em sua região de origem, Uruguaiana, cidade na qual estudou nos ensinos fundamental e médio, trabalhou e presenciou diversas situações que aguçam sua curiosidade e

anseio de refletir sobre si e sobre o mundo ao seu redor, por meio de estudos sociológicos, sobre tal fenômeno aqui relatado.

Assim, este trabalho parte de inquietações da pesquisadora buscando compreender o fenômeno social em questão, onde esta temática ainda não foi investigada sob a perspectiva crítica. Nessa região tem sido desenvolvida uma série de estudos culturais, historiográficos e de política pública¹ ligados à cultura afro gaúcha. Entretanto, não há trabalhos que tratem da escuta de mulheres negras na região como foco de resistência, corpo e território. Portanto, esta pesquisa científica visa analisar como se dá a construção de identidades femininas negras, ressignificação e a resistência cultural na região fronteira de Uruguaiana.

Por isso, a pesquisa em questão almejou ouvir os relatos de mulheres negras² na região da fronteira Oeste através das integrantes do Movimento Negro de Uruguaiana³, a matriarca do Quilombo do Rincão dos Fernandes e a professora da área médica da Unipampa integrante do Movimento Negro Unificado de Uruguaiana Dhayane Soares. Por isso, no momento em que mulheres negras⁴ falam sobre suas próprias experiências de luta e resistência em Uruguaiana, estas contribuem para novas possibilidades de enfrentamento e ações políticas sobre o território (RIBEIRO, 2016). Dessa forma, há uma importância de se visualizar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e território” e outras variantes encontradas numa zona fronteira, “onde os sujeitos estão inseridos, e o contexto em que eles se relacionam se torna primordial para uma compreensão maior da realidade em que estas vivem (DUARTE, 2017, p. 4).

Ao inferirmos esse relato, que tem sido recorrente o estudo do espaço geográfico com ênfase no recorte “sociobiológico”, bem como as potencialidades comerciais, que privilegia a

¹ Marizeth Pinto, Vice Presidenta Do MNU e Especialista Em Gestão Pública Municipal, foi autora: Histórico Social Da Desigualdade Racial Para O Aprimoramento Da Gestão Pública Municipal Combate Ao Racismo Institucional No Brasil: Fomento À Implantação Da Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial-PNPIR

² O Movimento Negro Uruguaiana é uma associação da sociedade civil, sem fins lucrativos que existe “de fato” desde 18 de abril de 1988, porém sua fundação legal data de 10 de julho de 2010. Este movimento social vem exercendo um grande trabalho de campo nos bairros periféricos da cidade de Uruguaiana. A professora e pedagoga Elza Suzete Pinto da Fontoura, está à frente do movimento como presidente e, também, articuladora das políticas educacionais ligadas à população negra de Uruguaiana.

³ Os movimentos sociais Negros se tornaram uma crescente organização de ativistas negros e negras. A ideia de reversão das desigualdades com base étnica ou racial ganharam força nos anos 80 no Brasil, quando certas liberdades cívicas foram restauradas. Vale destacar que uma nova geração de ativistas graduados e profissionais da saúde vem mudando radicalmente a percepção que assentava na matriz culturalista e assimilacionista de outrora. O MNU de Uruguaiana tem uma característica única como mulheres negras encabeçando grandes projetos de políticas públicas no município.

⁴ As entrevistadas preferiram ocultar suas identidades, por isso foi usado as iniciais dos seus nomes e também nomes fictícios de modo a preservar suas identidades.

ocupação espacial por organizações privadas, na região de Uruguaiana se observam freeshops, produção agropecuária e etc. Em muitos casos há uma legitimidade pelo poder público-municipal. Tal postura, na concepção Eduardo Oliveira, nada mais é do que a “base das correntes geográficas que por longo período cristalizou ideologias do Estado-Nação, principalmente no surgimento da Geografia”. Sendo o território construído como parte de uma visão universalista na qual “engendram-se ao espaço caracteres homogêneos, onde as acepções positivistas prevaleceram por um largo período no campo das epistemologias acadêmicas.

MULHERES NEGRAS FRONTEIRIÇAS: TERRITÓRIO E IDENTIDADE

“Senhoras morenas que fazem aquelas coisas de morenos; [...] que horas a médica vai chegar[...]”⁵

Com lágrimas nos olhos, ela me relatou que a luta nesse território era constante. O poder ancestral lhe dava forças para seguir e continuar atendendo seus pacientes, que em sua maioria eram, e viviam em bairros pobres e eram, em sua maioria, pessoas negras (relato da Médica Dhayane Soares, entrevista realizada por vídeo chamada em 17 de dezembro de 2020).

Nessa perspectiva podemos analisar que a médica Dhayane compreende “o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias (MIRANDA, 2014, p. 69). Na concepção da geógrafa Ana Rocha, “o corpo é constituído como um território em si mesmo num espaço, um território, um lugar, que ocupa, ademais, um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações para enfim encontrar um lugar de “resistência” e ressignificação” de sua identidade cultural afro gaúcha (ROCHA, 2019, p56).

Ao descrever o território de Uruguaiana, a entrevistada M.F, membra do Movimento negro de Uruguaiana, afirma que a cidade é “muito politicamente correta” pois o racismo nem

⁵ Entrevista concedida pela Médica Dhayane Soares, remanescente de uma comunidade Quilombola da região. Estudou em Havana Cuba Medicina Familiar, revalidou seu diploma para poder exercer sua profissão. Há anos tem se dedicado ao trabalho em postos de saúde. Tem trabalhado com temas ligados à Saúde da População Negra e violência obstétrica a mulheres negras no município. Tem ministrado palestras ligadas à Medicina e afro-enticidade na saúde pública.

é citado pela população sendo na maioria das vezes ignorado. A expressão “morenos” ao invés de “pessoas negras”, é um exemplo de discurso usado nas ruas; “se não fosse atuante no MNU, a entrevistada afirma que haveriam afirmações por parte da população que “negros não existem bem como o racismo”.

Esse território em questão pertence à região do Pampa Gaúcho, ocupado até o século XVI pelos indígenas Charruas. Com a dissolução das missões jesuíticas, foram criadas estâncias de gado, com mão de obra escrava, para a servir a “Redução de Japeju”. Os escravos na região, passaram a atuar no trabalho braçal no campo, principalmente nas fazendas de charque e como soldados, nas batalhas entre Portugal e Espanha (BENTO, 1976). No imaginário regional, bem como no resto do Estado brasileiro, ligada oligarquias agrícolas as disparidades raciais ainda garantem a qualidade de modos de interação entre populações brancas e não brancas):

Os africanos foram dominados em forma de escravidão e identificados como negros, crioulos ou pretos, sem qualquer respeito a suas diferenças culturais. Desta forma, estabeleceu-se desde o princípio da nossa formação histórica, uma associação entre a posição do indivíduo e a cor da pele. Através de várias gerações, foram identificados e tratados como quase gente, de forma sempre negativa em todos os planos (da Cruz Conceição, 2010,n.p).

Ou seja, durante muitos anos, mesmo após a abolição da escravatura em território nacional, a “pseudo” paz era garantida através de um ordenamento onde cada indivíduo sabia seu lugar dentro de um determinado nicho social, não ultrapassando, dessa maneira nem circulando por áreas que não fossem estipuladas como suas para evitar o confronto e mostrar uma falsa harmonia entre as pessoas (PAIXÃO, 2013, p. 134). Nessa lógica, María Laura Silveira, afirma que o território pode ser entendido como a extensão apropriada e usada, da territorialidade sendo definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” ou seja, a construção da identidade também se faz a partir do território e vice-versa (SILVEIRA, 2013, pg. 39).

A foto abaixo demonstra como as mulheres do MNU têm trabalhado em todos os setores da sociedade civil. O movimento tem trabalhado a historiografia africana e as contribuições que estes realizaram na cultura gaúcha através de rodas de conversas, palestras, feira das etnias, mostra pedagógica, encontros com remanescentes quilombolas da região e entre outros.

FOTO 3: II Mostra Pedagógica - 2019 Semana da Consciência Negra



Fonte: Acervo do Movimento Negro de Uruguaiana

O cotidiano não é nada fácil para uma mulher negra em Uruguaiana. O passado escravista ainda determina o “lugar de pertencimento” dos negros que aqui vivem, principalmente para as profissionais da educação. Ao ser questionada sobre o que significa racismo, a entrevistada *E. F* afirma que:

“Esta é a maldita desigualdade histórica, a exclusão que sofremos, simplesmente pela cor de pele, pelos nossos traços negroides, por sermos negros, por ter nascido negro, por ter raízes negras, por ser de uma família negra, por ter familiares negros. Não apenas por pertencer a outra etnia, e não ser branco. Nos inferiorizam devido às nossas origens africanas, afro-brasileiras, nos classificam racialmente inferiores e deste nos desumanizam da forma que convém, nos violentam diariamente. Temos muitas lembranças que retratam, desde a infância, adolescência e vida adulta (EF, entrevista concedida em 18 de dezembro de 2020)”

Assim, para a Dra. Gercina Santana Novais (2012, p.501) compreender as atuais reivindicações grupo sociais minoritários, dentro desse território fronteiriço em questão, visa a reconstrução da sua dignidade humana, que foi remetida a uma lógica perversa que procurava condicioná-los a um estado natural de escravidão e pobreza. Portanto, não se trata de “retratar” os afro-descendentes ou “reconhecer” mas quebrar o “habitus” de práticas discriminatórias, abertas ou não, que são usadas como mecanismos sociais para obstruir uma possível mobilidade social. As práticas discriminatórias, vão além de bloquear a mobilidade surtem um “efeito de bloqueio resultante da internalização, pela maioria dos não brancos, de uma autoimagem desfavorável (NOVAIS,2012) ”

Sendo assim, essas formas de apropriação dos territórios estão intimamente relacionadas à identidade, visto que, se tratando da ocupação humana, também é através de nossos corpos que demarcam o pertencimento a um lugar. Nessa perspectiva, alteramos o espaço onde vivemos e, de algum modo, somos percebidos por outrem a partir de nossos corpos. “Da mesma forma que quilombos, comunidades indígenas, assentamentos rurais e outros territórios de povos tradicionais se constituem enquanto espaços” (SILVEIRA, 2013, pg. 39)

Destacamos, em nossa análise, alguns elementos importantes para essa reflexão, demonstrando de que “as corporeidades negras perfilam territórios com aspectos diversificados, questões de pertencimento que não são veiculados pela mídia e com irrisórias políticas públicas já que são territórios identitários concebidos a partir dos conflitos com a elite, a repressão policial, a negligência por parte do poder público, entre tantas outras questões cotidianas” (MIRANDA,2014).

Foto 4: Roda de Conversa Orí: Vivências e Experiências Negras –Mesa Educação como um ato de liberdade



Fonte: Acervo MNU

Superar essa visão de território fixo tem sido um dos grandes desafios dos cientistas sociais, “posto que a concepção analítica de território fortalece a perpetuação de padrões estabelecidos para as condutas sexuais, sociais, raciais e de gênero que culminam na segregação de grupos inferiorizados” (MIRANDA,2017, p.118). Além disso, para Adriana

Dorfman, “Identificar-se e identificar a cada grupo corresponderá a conjuntos de práticas cotidianas” (DORFMAN, 2008).

Nesse aspecto, *M.B* acredita que pertencer ao Movimento negro desde sua fundação representa a ressignificação de sua identidade bem como um modo de exercer ativamente sua cidadania como mulher negra: *_através da entidade encontrei um meio para combater e reverter o racismo estrutural na nossa sociedade* (M.B, entrevista realizada em 18 de dezembro de 2020)

Dessa maneira, vimos que para as mulheres negras da região há uma intrínseca relação entre corpo, territorialidade e identidade. As mulheres nos relataram suas vivências e experiências na construção de suas identidades negras na região fronteira de Uruguaiana. A percepção de outrem em relação às entrevistadas é que a cor da pele as define como identidade cultural. Sendo assim, seus corpos nem sempre transitam tranquilamente em “espaços de poder”, como estas deixam claro nos próximos itens deste artigo.

RESISTÊNCIA E (RE) SIGNIFICAÇÃO

“Na região o racismo é velado na forma que as ações e atitudes das pessoas racistas vão te excluindo dos espaços (M.C, entrevista por WhatsApp em 18/12/2020) ”.

Partindo dessa constatação da entrevistada, Fanon (2008, p30) e Santos (2012, np) compreendem que dentro do âmbito restrito do preconceito racial é possível vislumbrar os efeitos psicossociais do racismo a corpos e a manutenção da identidade. Ademais, os “atingidos (as) pelo racismo, o ideal do branqueamento passa a figurar no imaginário social, alienando a formação identitária de negros (as) e brancos (as). A consciência racial e a revalorização da negritude são formas de reversão da distorção de identidade (FANON,2008, np). ”

Nessa mesma lógica Segundo Santos, o lugar reservado na sociedade brasileira como um todo para as mulheres negras “passa por rejeição de suas características, podendo levar a intensa dificuldade de organização psíquica saudável, ou mesmo no extremo de não aceitação de si mesma, baixa autoestima, danos na formação identitária, depressão e transtornos psiquiátricos (SANTOS, 2012, n.p.) ”.

Não obstante, a Dhayane Soares, médica e pedagoga, sente-se testada pelos membros do corpo médico e pelos próprios pacientes:

“ Sou testada o tempo inteiro, por pacientes e meus colegas de trabalho. Diversas vezes já tive que ouvir de paciente perguntando para mim, que horas a médica chegaria ao local. Outra vez, o paciente olhou para a enfermeira e perguntou o que tinha após o término do procedimento. Eles desmerecem meus anos de estudo ao questionarem se o que foi prescrito está correto ou não. No início eu ficava envergonhada, calada e meio no canto. Hoje enfatizo, com voz firme, e sublinho que eu sou a médica! (SOARES, entrevista concedida pelo google meets, 19/12/2020) ”.

Logo, nos vislumbra a seguinte interpretação, nos lugares onde vigora o preconceito de origem os grupos discriminadores e discriminados permanecem rigidamente separados, como fossem duas sociedades totalmente distintas, e não se confundem (Da Silva, 2016, p.191). Mesmo que as pessoas negras tenham “mérito próprio” o sistema vigente não permite ascensão e os benefícios desse. A cor da pele é um fator determinante para sociedades colonizadas. As construções dos Estados Nacionais latino americanos foram embasadas nos tijolos da cor. Nessa região fronteira (Brasil, Argentina e Uruguai) tal aspecto social não se contrapõem, ele se concretiza cada vez mais pelas “famílias tradicionais”⁶ da região.

Isto posto, Dayanne Soares, deixa claro acima, que mesmo pertencendo a “classe médica”, sua cor de pele é um fator que não a deixa passar despercebida mesmo em sua vida cotidiana e profissional. Para Fanon, o colonizado acredita que ser” branco é sinônimo de beleza e virtude e, principalmente, superioridade Racial”. Por isso, a linguagem corporal é o ponto crucial para o racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA,2019). Entretanto, cada região do território nacional aplica essas políticas a sua maneira. Em Uruguiana, por exemplo, observa-se que o silêncio e não tratar desses “assuntos de morenos” é um modo ignorar algo que não lhes pertence (aos cidadãos ditos brancos). A falácia “ o próprio negro se discrimina”, se excluem são comuns pelas ruas da cidade, conforme a visão das entrevistas coletadas.

Para a M. C (2018), membra do MNU e cientista de política pública enfatiza que com relação às políticas públicas:

“Até hoje existem grandes obstáculos à serem superados para se avançar na consolidação em prol da “Igualdade Racial” mas precisamos enquanto “indivíduos e cidadãos”, colaborar para que esta chaga do Racismo em nosso país comece a ser erradicada de todos os meios sociais e em todas as

⁶ As famílias tradicionais são as que ganharam terras na região no início da fundação da cidade após a dissolução das missões Jesuíticas e o massacre das Comunidades Charruas. A partir de 1814, o império português começa a distribuição das denominadas “sesmarias na região”, e, até então, os proprietários utilizaram antigas instalações das estâncias jesuíticas para fundar as primeiras fazendas de gado da região. Como toda a Elite do atraso (Jessé de Souza,.) as narrativas de classe e tradição ainda funcionam como estrutura ocultas que movem grandes engrenagens de poder da “elite” falida (SOUZA, 2017).

estruturas”.

A entrevistada afirma que os obstáculos ainda precisam ser superados. A resistência de mulheres negras na região se dá por meio de heranças de “cultos de matriz africana”; terra de quilombolas reconhecida pela fundação Palmares; uma localidade no interior com Muro de Pedras (que foi construído por negros escravizados); Clubes negros fundado por cidadãos negros e reabertos no ano do centenário da abolição (SBU filhos do Trabalho e SR Laço do Amor). E, concursos de poesia e rodas de conversas com jovens negros.

Além disso, as mulheres das famílias entrevistadas, afirmam que a tonalidade de pele traz à tona processos de dor e ressignificação de força e resistência feminina. As próximas gerações estão vindo armadas para o combate. Nós construímos a ponte para eles trilharem seus caminhos e não depender de homem nenhum. As mulheres dessa região têm uma característica peculiar que perpassam gerações, o amor à terra e a família”.

Em virtude disso, as famílias negras e indígenas da região ainda carecem de saneamento básico e políticas de saúde comunitária. O protagonismo da Médica Dhayane Soares vem quebrando com a violência obstétrica na região por meio de formação acadêmica a jovens médicos e palestras pelos Quilombos da região e as mulheres da campanha. A falta de saneamento básico nos bairros, conforme foto abaixo, tem feito com que “ A médica negra do SUS, tenha que atender, em sua maioria pacientes negros, com problemas ligados a má alimentação e falta de infraestrutura urbana; no inverno o problema triplica pelo inverno rigoroso”.

Foto 5: Bairro carentes da Cidade de Uruguaiana



Fonte: Acervo pessoal

Por fim, vimos que as mulheres dessa região são protagonistas de inúmeros projetos sociais que vão além das fronteiras do racismo e do machismo estrutural, “ o trabalho dessas formigas” é incansável. Ao acompanhá-las a pesquisadora pode entender um pouco de si mesmo e a atuação de corpos negros na resistência e na ressignificação de uma identidade feminina negra em Uruguaiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RESISTÊNCIA CONTINUA

“_ Não te fresqueia negona. Tuas canelas já te demonstram que tu és preguiçosa. Olha o tronco heim (...); Vocês se auto discriminam. Tens oportunidades e não aproveitam.”⁷

Este artigo, contudo, não pretende abordar e explorar com detalhamento e profundidade todos os conceitos que integram a literatura científica ligadas a corpo, território, identidade e mulheres negras. Ao invés disso, a finalidade aqui foi apresentar uma visão do conjunto, sintetizando seus elementos mais pontuais, que foi a escuta das mulheres da região e

⁷ Gerações de meninas e meninos negros já ouviram essas duras palavras alguma vez em suas vidas. O pensamento dos “abastados” e “boa família” não mudam. Apenas proferem essas palavras e nos obrigam a sermos submissos trabalhando até morrer em seus campos e sermos agradecidos por sua benevolência. Não somos burros de carga estamos preparando vocês para o combate, minha filha. (Cláudia, entrevista concedida em 20/11/2020)

seu entendimento sobre a construção de resistência e ressignificação de suas identidades na fronteira Oeste. Nesse aspecto, o objeto estudado foi analisado in loco por meio de vídeo chamadas e acompanhamento por WhatsApp devido às complicações sanitárias mundial.

Com base no que foi apresentado, podemos constatar que a construção de uma identidade feminina negra nesse território de “cultura saladeira”, de passado escravocrata (demonstrada na epígrafe acima), é por ora complexa. A psique de outrora ainda determina o modo de comportamento social de homens e mulheres negras no município. Assim mesmo, algumas mulheres estão dispostas a quebrar com o status quo vigente. A transformação do território tem permeado em um “novo vento minuano”. As mulheres negras da região, entrevistadas neste artigo, mesmo sendo ora objeto de racismo e ora protagonista de resistência e ressignificação, têm contribuído para a transformação no modo em que corpos e território se interseccionam nessa região de fronteira.

Para Marizeth,” tem-se que transformar esse ranço ideológico do passado imposto desde a colonização, superar e avançar para a erradicação do Racismo com postura e atitude antirracista”. Assim, avançasse na preparação de novas gerações de mulheres para servirem a comunidade afro gaúcha dessas terras.

A recuperação de uma identidade negra foi arduamente trabalhada pela matriarca quilombola da região, com sua perpetuação nos dias atuais pelos seus filhos e sua comunidade. E o Movimento Negro de Uruguaiana tem tido um papel fundamental na educação de jovens negros e a recuperação de sua etnicidade. Com relação ao racismo e sexismo, o MNU, procurou demonstrar por meio de reivindicações o reconhecimento social enquanto iguais. Mesmo que de modo sutil esses conflitos identitários transgridem as regras compartilhadas do sistema vigente, embasando-se tanto em recursos materiais quanto simbólicos. Trata-se, portanto, de uma luta para afirmar a identidade, *re-significar* e resistir o que lhes foi negado por um determinado grupo que detém o poder, para se *re-apropriar* de algo que lhes pertence.

Referências bibliográficas

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v.17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na geografia. In: *Revista Mercator Geografia*. UFC, ano 01, número 01, p. 19-28, 2002. Disponível em:
<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/192/158>

COUTO, Edvaldo Souza et al. Da cultura de massa às interfaces na era digital. **Revista entreideias: educação, cultura e sociedade**, v.13, n. 14, 2008.

DA CRUZ CONCEIÇÃO, Helenise, and Antônio Carlos Lima da Conceição. "A construção da identidade afrodescendente."

DA SILVA, Roberto, and Juliano da Silva Tobias. "A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil." *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 65 (2016): 177-199.

DORFMAN, Adriana. Nacionalidade doble-chapa: **novas identidades na fronteira BrasilUruguai**. In: Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa; Claudia Zeferino Pires; Vanda Ueda. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 241-270

DUARTE, Flavia Giribone Acosta. "**Racismo e a construção das identidades das adolescentes negras em Santana do Livramento-RS**: um estudo de caso comparativo entre o bairro Carolina e o bairro Centro." Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo F. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v.2, n. 1, p. 223-244, 1984.

OLIVEIRA, Nuno. "**Fronteiras coletivas e repertórios etnoraciais no Brasil contemporâneo**." *Sociologia, Problemas e Práticas* 85 (2017): 47-66.